

BID poderá financiar dois projetos do Senado

Antonio Carlos apresenta a Enrique Iglesias o Interlegis - destinado a interligar o Senado a assembleias estaduais e câmaras municipais - e o Comunicar, que visa a assessorar Poder Legislativo de países da América Latina em programas de comunicação



Enrique Iglesias e o presidente Fernando Henrique Cardoso conheceram os projetos do Senado, apresentados por Antonio Carlos Magalhães

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresentou ontem ao presidente do BID, Enrique Iglesias, os projetos Interlegis e Comunicar. Demonstrando grande interesse, Iglesias comprometeu-se a estudar a viabilidade de financiamento às propostas.

O Interlegis ligará os bancos de dados do Senado aos das assembleias estaduais e câmaras municipais. Já o projeto Comunicar visa a elaborar projetos de comunicação de massa a serem implantados pelo Poder Legislativo dos países latino-americanos, a partir da experiência do Senado brasileiro. **Página 3**

Bezerra alerta para gravidade da situação das PMs

O senador Carlos Bezerra alertou ontem para a gravidade da crise desencadeada por policiais militares que se mobilizaram em Minas Gerais, São Paulo, Rio

de Janeiro, Mato Grosso, Pará e Piauí por melhores salários. O senador lamentou a ausência de planos de carreira para policiais em alguns estados. **Página 7**



Roberto Requião enviou cópias do relatório aos membros da CPI dos Precatórios

Requião propõe penas severas para a lavagem de dinheiro

O relator da CPI dos Precatórios, Roberto Requião, está propondo que se tipifique como crime qualquer prática que contribua para a "lavagem ou ocultação de bens, direitos e va-

lores", com a imposição de penas severas. Requião enviou ontem aos membros da CPI cópias do relatório, que será lido amanhã, devendo ser votado nesta quinta-feira. **Página 4**

Suplicy: país deve fugir de "armadilhas"

Eduardo Suplicy quer mudar política cambial para que o país saia da "armadilha financeira". **Página 8**

Amin: facilidade em programa de moradia

Senador recomenda estudo de alternativa para exigência feita a municípios. **Página 2**

Pró-Saneamento e Pró-Moradia, financiados pela Caixa Econômica com recursos do FGTS, estipulam contrapartida de 40%, exigida mesmo dos municípios mais carentes de recursos

Amin quer mudar regras de programas da CEF

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) sugeriu ao governo que promova o estudo de formas alternativas de financiamento que eliminem a contrapartida de 40% que os municípios têm de oferecer para participar dos programas Pró-Saneamento e Pró-Moradia, financiados com recursos do FGTS.

Esses programas, na sua opinião, seriam o começo de uma solução para os problemas de moradia no país, não fosse a falta de recursos dos municípios para cumprir a contrapartida estipulada pela Caixa Econômica Federal (CEF). O fato "inviabiliza qualquer ação de melhoria das condições de habitação", disse.

Esperidião Amin considera a exigência da CEF contraditória, já que o Pró-Saneamento e o Pró-Moradia se destinam a municípios pobres, dos quais, portanto, não seria cabível exigir tão significativa contrapartida. Ele



Amin: contrapartida de municípios sem recursos é uma contradição que inviabiliza programas oficiais

observou que os recursos do FGTS a serem utilizados são empréstimos que terão de ser pagos posteriormente.

Conforme o senador, o acelerado processo de urbanização das últimas décadas não foi acompanhado de investimentos que garantissem as

condições de habitabilidade da população.

Em consequência, 4,4 milhões de pessoas vivem em favelas, nas quais aproximadamente um terço das moradias não tem água e outros dois terços não são alcançados por coleta de esgotos.

Teleconferência do ILB elimina intermediário

Prefeitos, deputados estaduais, vereadores e servidores das câmaras municipais, assembleias legislativas e prefeituras poderão ter mais informações sobre a forma de obtenção de recursos federais sem intermediação. O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado, promove no dia 5 de agosto uma teleconferência com esse objetivo.

A intenção é tornar possível aos municípios e aos estados a identificação dos mais variados meios de captação de recursos junto a órgãos governamentais, eliminando a intervenção de ter-

ceiros estranhos ao processo.

A transmissão será realizada via Embratel, por meio de telões instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda distribuídos pelas capitais e pelas principais cidades brasileiras.

O acesso à teleconferência será possível, também, nos locais que disponham de antena parabólica. Para tanto, basta sintonizar o canal 6-A1, polarização horizontal, frequência 3910. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones (061) 311-1391 e 311-1392.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

cha natural.

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (16.07.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação do *PLC nº 6/97, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo; discussão em turno único da ***Mensagem nº 93/97**, que submete à deliberação do Senado Federal o nome do diplomata Alfonso Celso de Ouro-Preto para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Áustria, exercer o mesmo cargo junto à Croácia; da ***Mensagem nº 102/97**, que submete à deliberação do Senado o nome do diplomata Carlos Moreira Garcia para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Espanha, exercer o mesmo cargo junto ao Principado de Andorra; e da ***Mensagem nº 117/97**, que submete à deliberação do Senado o nome do diplomata Carlos Alberto Leite Barbosa para exercer a função de embaixador, chefe da missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos - OEA.

10h - Despacho interno

11h - Recebe o comissário-geral da Participação Brasileira na Exposição Mundial de Lisboa, Henrique Brandão Cavalcante

11h30 - Recebe o senador argentino José Manoel de La Sota

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: ***PLC nº 16/97**, que define mecanismo para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951; e ***PLC nº 26/97**, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação do ***PLC nº 26/97** (não terminativo), que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borra-

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kaimue, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço - Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax:

(061) 311-1317 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br



Iglesias, Fernando Henrique e Antonio Carlos ouvem explicações sobre os projetos do Senado

ACM expõe ao BID projetos que Senado quer financiar

O Interlegis interligará o Senado a todos os órgãos legislativos, e o Comunicar exportará o know-how de comunicação social da Casa

O senador Antonio Carlos Magalhães apresentou ontem ao presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, os projetos Interlegis - que interligará o Senado Federal a todas as assembleias estaduais e câmaras municipais brasileiras - e Comunicar, por meio do qual a Casa transferirá a legislativos latino-americanos tecnologia e experiência na área de comunicação social, dentro do espírito de fortalecimento da democracia representativa, no país e no continente.

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o vice-presidente Marco Maciel, o presidente da Câmara, Michel Temer, ministros de Estado, senadores e deputados assistiram à exposição sobre o Interlegis e o Comunicar, durante almoço em homenagem a Iglesias oferecido por Antonio

Carlos, ontem à tarde, na residência oficial do Senado.

Iglesias demonstrou grande interesse e comprometeu-se a investigar a possibilidade de concessão de financiamento do banco aos dois projetos. O Interlegis ligará, pela Internet, os bancos de dados do Senado aos das assembleias estaduais e câmaras de todos os municípios do país, que desta forma terão acesso a informações sempre atualizadas na área do Direito.

O lançamento do Interlegis será nesta quinta-feira, dia 17, às 11h, em solenidade no plenário do Senado, com a presença do presidente Antonio Carlos Magalhães, do presidente da Câmara, Michel Temer, do primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, presidentes de assembleias legislativas e câmaras municipais, entre outras autoridades.

Por sua vez, o projeto Comunicar visa criar um Cen-

tro de Excelência em Comunicação Legislativa para elaborar projetos de comunicação de massa a serem implantados pelo Poder Legislativo dos países latino-americanos, valendo-se da experiência do Senado brasileiro. O centro seria gerido pelo Senado, que se encarregaria também do treinamento de pessoal técnico qualificado para operar em cada um dos veículos a serem criados.

O presidente do Senado confirmou a previsão de liberação de 5 bilhões de dólares em empréstimos através do BID nos próximos três anos, feita pelo ministro Antonio Kandir, e disse que há grandes probabilidades de que a primeira parcela, de 2 bilhões, saia ainda neste ano. O senador mostrou-se otimista quanto à negociação da contrapartida brasileira:

- O Brasil está ganhando muita credibilidade, e com isto fica mais fácil obter esse tipo de financiamento - afirmou.

Romero Jucá destaca alcance do Interlegis

O senador Romero Jucá (PFL-RR) elogiou ontem a criação, pelo Senado, do programa Interlegis, que, via computador, interligará o Congresso Nacional e os órgãos legislativos do país. O lançamento do projeto está previsto para esta quinta-feira, dia 17, no plenário da Casa. Para o senador, "o programa terá importância muito grande, principalmente para os estados mais pobres do país".

- Não temos dúvida de que esse programa será extremamente importante para os estados da Amazônia, e terá um sentido al-

tamente pedagógico e educativo, principalmente para Roraima, que poderá cometer menos erros e tratar os assuntos de forma mais global - disse Jucá.

Após salientar que o programa será fundamental para o fortalecimento das assembleias legislativas e câmaras municipais e, conseqüentemente para os deputados estaduais e vereadores, Romero Jucá afirmou que o Interlegis "vai ser muito mais importante para os estados menos estruturados" como os da Amazônia.

É preciso aproximar do cidadão os recursos destinados à saúde, diz Ernandes Amorim



Amorim propõe municipalizar saúde

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que, antes de se falar em prorrogação da CPMF, "é preciso repensar o atual sistema de saúde pública brasileira". Ele informou que o seu partido já está estudando o assunto para apresentar uma proposta "de caráter nitidamente descentralizado e municipalizado" para a gestão do setor.

- É indispensável aproximarem-se os recursos destinados à saúde pública do cidadão e isso somente será possível se o atendimento for fundamentado num decisivo programa de municipalização da saúde pública, com a fiscalização da sociedade organizada - afirmou.

Como exemplo das dificuldades encontradas pelos municípios, Amorim citou os de Rondônia, que em sua maioria "sequer dispõem de rede de esgotos sanitários e onde o lixo é recolhido em locais infectos

e propagadores de doenças infecto-contagiosas".

Conforme explicou, os prefeitos desses municípios, sem ter os mínimos recursos para implantar sistemas de esgotamento e de tratamento sanitário harmonizados com a proteção do meio ambiente, são acionados com frequência pelo Ministério Público no sentido de que modifiquem o quadro de saneamento das localidades que dirigem.

- Sem o concurso do governo, dificilmente os municípios rondonienses terão condições de implantar uma infra-estrutura de saneamento ambiental compatível com as necessidades e a dignidade do povo - afirmou Amorim. Ele também ressaltou a situação precária da saúde pública no estado que, neste ano, recebe apenas o equivalente a R\$ 3,00 por habitante para o atendimento à saúde.



Proposta ampla investigação no mercado financeiro

O relatório resultante dos trabalhos da CPI dos Precatórios, ainda a ser votado pela comissão, propõe a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as irregularidades praticadas no mercado financeiro que deram origem à situação de insolvência dos bancos beneficiados com o Proer (Plano de Reestruturação do Mercado Financeiro).

O capítulo que registra as determinações e sugestões do relator Roberto Requião atribui ao Banco Central a missão de identificar todas as cadeias de destinação dos recursos obtidos com as taxas de sucesso e com os lucros das operações com títulos. E encaminha à Receita Federal a relação das pessoas físicas e jurídicas cujo sigilo foi quebrado pela CPI.

Conforme o relatório, serão também colocados à disposição da Polícia Federal todos os documentos destinados à instrução de inquéritos policiais. Se o relatório for aprovado como se encontra, a Secretaria da Receita Federal deverá promover as devidas ações de execução contra os que receberam dinheiro do esquema montado com a emissão de títulos para pagamento de precatórios.

A Receita deverá também fornecer ao Ministério Público todos os documentos relacionados com as investigações da CPI, para a instrução de processos. E o Tribunal de Contas da União atuará como perito, realizando auditorias nas prefeituras, estados e tribunais de Justiça estaduais, com vistas à elaboração de parecer técnico sobre a possível ocorrência de crimes com os títulos.

Relatório final propõe alterar a legislação financeira, tipificando como crime prática que, de alguma forma, contribua para a "lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores"

Requião sugere rigor total com títulos

Relator da CPI dos Precatórios, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), enviou ontem a cada integrante da comissão os dois volumes do relatório resultante das investigações iniciadas em dezembro do ano passado para apurar irregularidades relacionadas com a autorização, emissão e negociação de títulos para pagamento de débitos judiciais (precatórios). Amanhã, a CPI se reúne para a leitura desse relatório, que deverá ser votado no dia seguinte.

No capítulo VI do primeiro volume, Requião apresenta propostas para alterar a legislação financeira, pregando que se tipifique como crime qualquer prática que, de al-

Em seu relatório, Requião propõe até foro especial para crimes contra o erário, em todos os níveis



guma forma, contribua para a "lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores", com a imposição de severa e desestimuladora pena. Também indica que o crime se agrave quando a manipulação de recursos traga prejuízo a qualquer erário.

Ele deseja que as institui-

ções financeiras, inclusive as centrais de liquidação e custódia de títulos e as bolsas de valores e de mercadorias e futuros, informem anualmente à Receita Federal o saldo médio e o volume de movimentação, com débitos e créditos de todos os seus correntistas, com nome, CGC ou CPF. E

que a Secretaria da Receita Federal, o Banco Central e a Polícia Federal possam constituir "força tarefa" para agir integralmente contra crimes financeiros.

Alegando a complexidade dos crimes financeiros e a necessidade de evitar que eles fiquem impunes, Requião propõe também projeto de lei criando foro especial para o julgamento de crimes contra o erário e a ordem financeira. Outra sugestão aponta alterações na legislação sobre a gestão dos fundos de pensão e o relator preconiza a destituição dos dirigentes dessas instituições, quando eles não cumprirem a vontade da maioria dos participantes.

Relatório cita 106 pessoas e 161 empresas

O relatório a ser lido nesta quarta-feira na CPI dos Precatórios lista 106 pessoas físicas e 161 pessoas jurídicas como implicadas nas investigações feitas sobre a emissão de títulos para pagamento de débitos judiciais. Entre as pessoas físicas está Wagner Baptista Ramos, apontado como "o mentor intelectual da fórmula de gerar precatórios inexistentes". Wagner foi coordenador da Dívida Pública da prefeitura do município de São Paulo na gestão de Paulo Maluf.

Requião diz que Celso Pitta procurou esconder da CPI o fato de que sabia que causava prejuízo ao erário na negociação dos papéis emitidos pela prefeitura, quando era secretário de Finanças.

Quanto a Paulo Maluf, Requião diz que ele "foi omissivo quanto às irregularidades pra-

tizadas na Secretaria de Finanças da prefeitura, mesmo quando tomou conhecimento dos prejuízos em razão de uma cadeia da felicidade iniciada por ato do próprio secretário de Finanças".

O relatório afirma que o governador de Pernambuco, Mi-

Entre as pessoas citadas, estão governadores, secretários de estado, funcionários e Wagner Ramos, apontado como "mentor intelectual" das irregularidades

guel Araes, solicitou ao Banco Central e ao Senado autorização para "emitir títulos visando ao pagamento de precatórios inexistentes", além de "utilizar diversos artifícios de cálculo para inflar o valor dos precatórios devidos, com vistas a aumentar a sua emissão de títu-

los". Requião apresenta propostas para alterar a legislação financeira, pregando que se tipifique como crime qualquer prática que, de alguma forma, contribua para a "lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores".

Sobre o governador de Santa Catarina, Paulo Afonso, pesam as seguintes acusações no relatório da CPI: falsificação da ordem de serviço utilizada para instruir o processo de emissão de títulos que tramitam no Senado; contratação do banco Vector para colocar os títulos no mercado e retardamento doloso da publicação da licitação; encaminhamento ao Senado de documentos falsos; pagamento indevido de taxa de sucesso ao banco Vector; e desvio dos recursos arrecadados.

O governador de Alagoas, Di-

valdo Suruagy, e seu ex-secretário de Fazer, da José Pereira de Souza são acusados da falsificação de uma tabela de precatórios; da contratação do banco Maxi-Divisa sem licitação; da falsificação da assinatura do ex-governador Fernando Collor numa portaria; e do desvio integral dos recursos captados com a emissão de títulos.

Os ex-prefeitos Vicentino Pappoto (Guarulhos) e Edvaldo Antonio Orsi (Campinas) foram acusados de enviar para o Senado listas de precatórios forjadas, a fim de obter a autorização para a emissão de títulos. E o prefeito Celso Giglio (Osasco) é responsabilizado por ter causado danos ao erário na preparação dos documentos necessários à emissão dos papéis da prefeitura.

Plenário deve apreciar hoje Estatuto dos Refugiados

O plenário do Senado vota esta tarde o projeto que adapta o Estatuto dos Refugiados de 1951 às situações previstas pela Constituição de 1988. A proposta recebeu relatórios favoráveis dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e José Fogaça (PMDB-RS), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Também hoje será apreciado o projeto de lei de iniciativa do Executivo que concede aos seringueiros da Amazônia um complemento de R\$ 0,90 por quilo de borracha natural que venderem no mercado.

A concessão do subsídio pelo governo federal visa resolver o problema social criado com a maciça entrada de borracha do Sudeste Asiático, colocada no Brasil a um preço inferior ao do produto nacional.

O subsídio será concedido durante oito anos, e a partir do quarto ano ele será reduzido gradativamente. De acordo com a medida, nesse prazo o governo deverá executar uma política de apoio à produção de borracha natural e ao mesmo tempo incentivará os seringueiros à obtenção de novas fontes de renda da floresta, sem sua devastação. Uma das alternativas será o adensamento dos seringueiros nativos.

A proposição será apreciada ainda pela manhã, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral.

Insatisfeito com a provável fixação do teto de benefícios em R\$ 1 mil, senador mantém a convocação de Stephanes e alerta o Executivo para os direitos adquiridos

Jucá aplaude recuo do governo, mas insiste em ouvir ministro

O senador Romero Jucá (PFL-RR) elogiou a decisão do presidente da República de rever a Medida Provisória nº 1.523-9, que dispõe sobre a acumulação das pensões e aposentadorias pagas pela Previdência Social. Mesmo assim, ao abordar ontem o tema, o senador manteve seu requerimento de convocação do ministro Reinhold Stephanes, para pres-

tar esclarecimentos sobre a questão na Comissão de Assuntos Sociais.

- Mantenho o pedido de convocação do ministro porque temos que debater a questão do teto de cerca de R\$ 1 mil que o governo estaria disposto a pagar. É muito pouco e, além disso, os pensionistas e aposentados já têm direito adquirido sobre o assunto - assinalou.

Romero Jucá acrescentou que o comparecimento do ministro servirá também para que dê informações sobre a redução dos recursos destinados à assistência a idosos e deficientes físicos carentes. O senador disse que o debate com Stephanes deverá ocorrer no mês de agosto, logo no reinício dos trabalhos ordinários do Legislativo.



Jucá questiona corte de benefícios

Palmeira homenageia jornalista

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) lamentou ontem o falecimento do jornalista João Vicente de Freitas Neto e de sua esposa Maria das Graças, vítimas de acidente aéreo ocorrido no último final de semana, em Cuba.

Guilherme Palmeira informou que Freitas Neto "era um dos mais conceituados profissionais da imprensa alagoana, militante do Partido Comunista, incondicional admirador do regime cubano e profundamente identificado com a ideologia que abraçou como ideal de sua vida".

- A família jornalística de Alagoas está de luto, pois perde em Freitas Neto não só um símbolo de retidão, mas também um exemplo humano que não podemos deixar de admirar e prantear com a tristeza que nos inunda a alma e os sentimentos - disse o senador, associando-se à dor dos familiares e amigos do jornalista.



Palmeira: tristeza inunda a alma

Reforma não pode ferir ordem, adverte Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) reafirmou posição contrária a dispositivos contidos tanto na proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo Executivo quanto no parecer apresentado à matéria pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), apesar de, como ressaltou, reconhecer a necessidade de uma reforma do Estado.

- A reforma do Estado não pode ser feita por sobre os escombros da ordem jurídica estabelecida. Na democracia, nada há que justifique o esmagamento dos direitos adquiridos. Modernidade alguma pode se sustentar sem o respeito às leis que garantem o pacto social, sem o senso de justiça que protege os mais fracos - disse a senadora.

Para ela, entre admitir a necessária modificação do Estado, "tornando-o apto a promover a justiça social, o desenvolvimento e a correta defesa dos interesses da maioria da população" e concordar com a ideia de que ao Estado nada mais compete senão subordinar-se aos ditames do mercado, "vai uma distância respeitável". Nesse ponto reside, conforme garantiu, a grande diferença que a separa da corrente neoliberal.

Na opinião de Benedita da



Benedita: defesa dos direitos

Silva, não é possível que direitos historicamente conquistados, "fruto do trabalho e da abnegação de tantas pessoas ao longo dos anos", possam ser sumariamente suprimidos. Para ela, a ética e a crença no primado da lei consensualmente obtida, com base na organização social, "tornam incompreensível e inaceitável proposta com tais características".

Entre as conquistas que não podem ser abandonadas, a senadora cita a igualdade de tratamento obtida pelos aposentados e pensionistas em relação aos servidores públicos da ativa. "A Carta de 1988 não fez outra coisa senão reparar um injusto quadro de abandono, humilhação e contínua perda do poder aquisitivo da remuneração que lhes era devida", garantiu a senadora.

ACM: Executivo agiu bem ao se corrigir

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o governo vem ganhando terreno no Congresso e junto à opinião pública com atitudes como a do anúncio da revogação de medida que restringia benefícios da Previdência Social. Na sua avaliação, com isto aumentaram as chances de aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEM).

- O presidente da Câmara, Michel Temer, e o líder do governo, Luís Eduardo Magalhães, têm feito um trabalho intenso pela aprovação do FEF, e acho que se está chegando a um denominador comum para os municípios e o governo.

Antonio Carlos considerou "excelente" o balanço do desempenho do Senado durante a convocação extraordinária do Congresso:

- A população brasileira pode ficar satisfeita com o Senado da República - disse.

O senador repudiou, mais uma vez, a proposta de antecipação do final da convocação, e advertiu que os parlamentares faltosos não receberão a segunda parcela da ajuda de custo:

- A convocação é até o dia 25 e nós vamos até o final.

Senador alerta para a existência de graves problemas, como a concorrência da cebola argentina e a erradicação da cultura de algodão, ao divulgar em plenário o texto da "Carta de Cabrobó", com sugestões de política para a região

Hollanda: Vale do São Francisco tenta soluções

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) registrou ontem sua participação em encontro na cidade de Cabrobó (PE), no qual foram debatidas alternativas para o desenvolvimento da região do Vale do São Francisco. Participaram do



Hollanda: saídas para o Vale

xou milhares de pessoas sem condições de sustentar suas famílias", afirmou.

O senador divulgou documento elaborado no encontro, intitulado "Carta de Cabrobó", no qual os participantes da reunião sugerem a recomposição

das matas ciliares do rio São Francisco. A carta define, ainda, um fórum itinerante permanente, denominado "Repensando o Sertão", destinado a discutir políticas de desenvolvimento para a região do Vale do São Francisco.

De acordo com Hollanda, a região deu uma grande contribuição ao desenvolvimento de Pernambuco, especialmente com as plantações de cebola, arroz e uva. "Lamentavelmente, o Vale do São Francisco enfrenta problemas graves, como a concorrência da cebola argentina e a erradicação da cultura do algodão, que dei-

Em aparte, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou que o esforço em revitalizar o Vale do São Francisco será em vão se não houver uma política agrícola do governo federal para o Nordeste que incentive o pequeno produtor rural.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discaagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Fruticultura eleva renda no campo e combate êxodo, constata Odacir

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que o país não oferece à fruticultura apoio e incentivo à altura da importância desse setor para a economia nacional. Ele entende que o governo deveria desenvolver uma política que permita elevar a renda do campo e, assim, beneficiar milhares de pequenos produtores e conter o êxodo rural.

A perda de força no setor da fruticultura foi denunciada recentemente pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que vê riscos de a Índia ocupar espaço brasileiro nas estatísticas de produção e comercialização, em nível internacional - alerta Odacir Soares.

O senador pediu a atenção do governo para as propostas de revigoramento dessa atividade, apresentadas pela entidade. Ele destacou o crescente interesse pela fruticultura na região amazônica, principalmente em Rondônia, onde a área total plantada com acerola, abacaxi, maracujá, mamão papaya e cocoda-baía já alcança quase qua-

Odacir reclama um mínimo de apoio à produção de frutas



tro mil hectares.

Na opinião de Odacir Soares, são ilusórios os dados estatísticos que apontam ser o Brasil o maior produtor mundial de frutas, pois a metade da produção nacional é de laranja e 20% de banana. "São 70% para as duas frutas, sendo que a laranja é agroindústria, um negócio completamente diferente", garantiu.

O Brasil, conforme o senador, convive com um baixo consumo *per capita* de frutas e registra perda de renda potencial por parte de milhares de pequenos produtores. "Um mínimo de apoio, orientação e organização dos pequenos

produtores elevaria de muito a competitividade e produtividade agrícolas e a renda do campo", afirmou.

Odacir, certo de que "realizar essa tarefa com urgência é um dos grandes desafios nacionais", aponta as vantagens da fruticultura, onde cada hectare plantado gera entre três e seis empregos diretos (contra um posto de trabalho nas culturas tradicionais), renda entre 2 mil e 25 mil dólares (contra 500 dólares na lavoura tradicional). Tudo isso, a seu ver, contribui fortemente para reduzir o êxodo rural.

Senador elogia projeto de recuperação

O senador Odacir Soares (PFL-RO) elogiou o lançamento pela Secretaria de Agricultura de Rondônia (Seagri) do Projeto Terra Tombada, que visa à reincorporação ecológica de 1.500 hectares de capoeiras, nome dado a áreas alteradas pelo processo produtivo agrícola.

Ele disse que o projeto será implantado nos municípios de Ariquemes, Machadinho d'Oeste, Ouro Preto do Oeste,

Colorado d'Oeste, Rolim de Moura e Presidente Médici, beneficiando cerca de 150 produtores rurais.

Odacir Soares informou que levantamentos feitos para a execução do projeto identificam que o modelo de agricultura itinerante aplicado no desbravamento de Rondônia "fez com que já em 1994 cerca de 17% de sua área total estivesse desmatada, representando mais de 4,2 milhões de hectares, onde apenas 19% estavam

sendo utilizados com culturas anuais ou perenes".

Para resolver esse problema, o projeto adotará um amplo programa de manejo mecanizado de matéria orgânica do solo, via plantio direto, bem como a instalação de consórcios agroflorestais que permitirão maior estabilidade da exploração agrícola, especialmente nas pequenas propriedades, explicou o senador.

"Em alguns casos, há reivindicações que remontam à Revolução de 30, com policiais pleiteando plano de carreira. É impressionante, mas em alguns estados ainda não existe tal plano"

Crise na PM é grave, alerta Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) chamou ontem a atenção do país para a gravidade da crise desencadeada pelos policiais militares que se mobilizaram em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Pará e Piauí, por melhores vencimentos e condições de trabalho. Ele disse que, em certos estados, há situações que aguardam solução desde o início do século.

- Em alguns casos, há reivindicações que remontam à Revolução de 30, com policiais pleiteando plano de carreira. É impressionante, mas em alguns estados ainda não existe tal plano. E isso é falta de seriedade do governante na condução da administração pública - declarou.

Lembrando que, quando governador de Mato Grosso, elevou de dois para 11 salários os mínimos os salários dos



A solução para a violência da polícia está na eficiência de cada governante, pondera Carlos Bezerra

policiais militares. Bezerra se disse chocado com a situação de penúria em que se encontram esses profissionais encarregados da segurança da população em todo o país. Disse que a mobilização da PM de Minas Gerais deixou o governador daquele estado em situação difícil, visto que foi preciso o auxílio das Forças Armadas para Eduardo Azeredo manter-se no poder, e consi-

derou essa "a crise interna mais grave dos últimos tempos".

Carlos Bezerra afirmou que não concorda com os abusos cometidos pelos policiais militares em todo o país, mas ressaltou que essas são ações restritas a maus profissionais e, portanto, "não se pode condenar toda a instituição por isso". Lembrou que, no governo do seu estado, levou até o

fim uma investigação para elucidar a morte de um pedreiro cujo laudo registrava o óbito como consequência de supuração de úlcera. Terminou descobrindo que o operário havia morrido na tortura, e puniu os responsáveis pelo crime.

Ele pregou que a solução para a violência das polícias não está na elaboração de leis, mas na eficiência de cada governante. "Se o governador for competente, jamais vai permitir que isso ocorra em sua jurisdição. A primeira coisa a fazer é acabar com a impunidade." Carlos Bezerra também alegou que não se pode exigir do funcionário público um bom desempenho se ele não tem um salário suficiente para sustentar-se. Para ele, "o desempenho do Estado depende dos seus funcionários, daí por que não se pode deixar o setor público ao deus-dará".



Alcântara: desemprego é global

Alcântara busca saída para criar mais empregos

Ao manifestar preocupação com o aumento do desemprego no país, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a realização de um debate no Senado sobre o assunto, com a participação de "técnicos, especialistas e estudiosos, de modo a reunir os mais variados pontos de vista, idéias e pesquisas em torno da questão. No momento oportuno, poderemos sugerir ao presidente Fernando Henrique Cardoso alguns caminhos para romper esse círculo de dificuldades", justificou.

- Todas as idéias são bem-vindas neste momento de crise estrutural. O modelo tradicional que sugeria que investimento é igual a emprego já não corresponde à realidade. O problema é sério, profundo e de solução extremamente difícil - assinalou Alcântara, que destacou, a propósito, recente entrevista do economista Celso Furtado, para quem o problema do desemprego resulta de "uma crise de civilização".

Depois de afirmar que a questão do emprego é, de longe, o mais forte e violento desafio deste final de século, o senador disse que o Brasil não tem uma política de proteção à utilização de mão-de-obra interna, a exemplo das existentes em países da Europa e nos Estados Unidos.

Para Alcântara, a dificuldade não é apenas do governo ou do atual governo. O problema está colocado diante de toda a sociedade brasileira. Como uma economia estabilizada pode produzir o número de empregos necessário a seu desenvolvimento? - desafia o senador.

Marina aponta situação de calamidade no Acre

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem que todo o estado do Acre se encontra em crise, motivada, entre outras coisas, pelos baixos preços da borracha natural e da castanha-do-pará. "Não há um projeto de desenvolvimento integrado e sustentado para tirar o Acre dessa situação de calamidade", disse.

Reportagem publicada ontem pelo jornal *Correio Braziliense*, sob o título "Xapuri pede socorro", será transcrita nos Anais do Senado, a pedido de Marina Silva. Na reportagem, o jornalista Ronaldo Brasiliense mostra que "na terra do seringueiro e ecologista Chico Mendes o desemprego atin-

ge 20% da população".

Conforme a matéria do jornal, mais de 50 serrarias que atuavam na região de Xapuri já fecharam e a única usina para beneficiar a castanha-do-pará da área, que chegou a ter 115 funcionários, "paralisou suas atividades atolada em dívidas". Por isso, na opinião da senadora Marina Silva, é importante o projeto que o Senado votará hoje instituindo um subsídio do governo federal de R\$ 0,90 por cada quilo de borracha natural vendida pelos seringueiros da Amazônia, para compensar a importação de borracha do Sudeste Asiático, que entra no Brasil por um preço mais baixo.

O projeto, lembrou a senadora, prevê que o governo ex-



Marina defende a aprovação hoje, pelo Senado, de projeto que subsidia produção de borracha natural

cutará programas para melhorar as condições de vida nos seringais, inclusive incentivando os seringueiros a obter novas fontes de renda da floresta.

Pelo projeto, o governo par-

ticipará de um programa destinado ao plantio de seringueiras na floresta, aumentando a quantidade de árvores por hectare, uma forma de aumentar a produtividade dos trabalhadores, explicou.

Ligue gratuitamente para 0800-614455 e saiba o que acontece no Senado

Ao retornar do encontro de devedores latino-americanos, em Caracas, o senador, que foi um dos oradores, propôs mudanças estruturais nos rumos da economia brasileira

Suplicy prega política cambial "realista"

"Ainda é tempo de o Brasil sair da armadilha financeira externa, montada a partir da combinação da abertura às importações com uma significativa e persistente sobrevalorização da taxa de câmbio", alertou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Para que isso aconteça, "o país precisa voltar a praticar uma política cambial realista, proporcionando aos produtores domésticos competitividade em condições equitativas com os concorrentes estrangeiros nos mercados externo e interno".



Suplicy: pela "renda de cidadania"

- Essas são as condições que precisam ser atendidas para que um processo de endividamento externo seja benéfico

para o desenvolvimento de uma economia de longo prazo - afirmou.

Suplicy considera que outro desafio para o país é o de compatibilizar o esforço interno de poupança, que leve a uma maior taxa de investimento e, conseqüentemente, de crescimento de longo prazo da economia, com a efetiva distribuição da renda e da riqueza.

No caso do Brasil, o senador sugeriu a "realização mais

enérgica" da reforma agrária, a expansão das experiências do orçamento participativo e do crédito popular, o estímulo às formas cooperativas de produção e, finalmente, a instituição de uma renda de cidadania.

O senador explicou que esse foi o tema de palestra que proferiu no seminário "Deuda Externa y El Fin del Milenio", realizado entre quinta-feira e sábado últimos, em Caracas, capital venezuelana.



Lucena: briga IBM x Macintosh

Lucena se alia a aluno contra MEC

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) apresentou ontem requerimento para que o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, explique a decisão de comprar, com exclusividade, 100 mil computadores IBM PC/Pentium, dentro do programa de informatização de escolas públicas.

Ele questiona as razões da dispensa de licitação pública no episódio e citou carta recebida do estudante de Ciência da Computação Luiz André Mendonça Pimenta, de Belo Horizonte. Nela, o estudante afirma que o MEC optou pelos IBM PC/Pentium, "excluindo deliberadamente plataformas com maior uso em educação no mundo, como a Apple Macintosh, que detém maioria no mercado norte-americano e europeu".

A carta do estudante mineiro integra a justificação do requerimento do senador e nela o universitário informa que as mesmas questões foram levantadas, via Internet, por outras pessoas. O ministério pôs mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso no seu mailing-list, ponderando que o governo e a IBM têm trabalhado juntos há tempos, "formando uma parceria". Conforme o presidente, a IBM apoiou o governo na informatização da Receita Federal, apoio que foi negado pela Macintosh.

O estudante sustenta que está em jogo "não a exclusão da Apple, mas sim a independência do Estado e a liberdade de escolha dos cidadãos".

No documento final, a força da união

O Encontro Internacional sobre "A Dívida Externa e o Fim do Milênio", que acaba de ser realizado em Caracas, deverá recomendar apoio ativo a uma estratégia comum de negociação das dívidas externas dos países latino-americanos com os países e organismos internacionais credores, conforme a terceira versão do projeto de declaração final do encontro, divulgada por Suplicy, ontem.

Os países signatários do documento consideram que, em muitos casos, as dívidas dos países latino-americanos foram adquiridas mediante a vi-

olação da legalidade dos devedores e, em alguns casos, dos próprios credores. Além disso, o pagamento das dívidas crescentes impôs aumentos sistemáticos das tarifas e serviços públicos, contraindo a demanda interna e incrementando o desemprego e a pobreza.

Negociações isoladas, por sua vez, debilitaram ainda mais os devedores, devido às limitações "à autonomia dos Estados em suas decisões no exercício de sua soberania".

Entre as recomendações, destaca-se a de "exortar os parlamentos da região a constituírem comissões especiais de in-

vestigação e avaliação das fívidas públicas externas". Os signatários sugerem que os parlamentos latino-americanos e europeus proponham a seus Executivos a elaboração de um projeto de resolução "pedido à Corte Internacional de Justiça opinião sobre aspectos jurídicos internacionais da dívida externa".

Os participantes declararam que os credores de seus países são, ao mesmo tempo, "devedores no âmbito ecológico, situação que deve ser quantificada e considerada no tratamento multilateral da dívida externa".

Lauro diz que Real II é o avesso do plano inicial

O Plano Real, urdido para levar Fernando Henrique Cardoso à Presidência, não é suficiente para garantir sua reeleição, daí o lançamento da segunda fase do plano, já que a primeira está sendo virada pelo avesso, disse ontem o senador Lauro Campos (PT-DF). Ele fez a observação a propósito de longa entrevista do presidente

à *Gazeta Mercantil*, em 19 de junho, em que o presidente, a seu ver, "redescobre a neo-rodá".

Segundo o senador, ele reconheceu que o Real I abriu exageradamente a economia, mas atribuiu a abertura ao presidente anterior, Fernando Collor. Esqueceu-se, na opinião de Lauro, de dizer que seu governo, durante três longos anos, ratificou o erro



Lauro: FHC "descobriu neo-rodá"

anterior, aprofundando-o "com a taxa de câmbio sobrevalorizada e a redução das alíquotas de importação". O presidente afirmou

ao jornal que "a versão inicial de Gustavo Franco era abrir totalmente a economia e salve-se quem puder".

- Como a abertura destruidora, incompatível com o crescimento econômico, era essencial para eleger o presidente, acrescentando à oferta interna as mercadorias importadas a preços subsidiados, achatando a inflação e aumentando a dívida externa, ela foi incorporada ao Real I em nome da modernidade globalizante agora descartada - afirmou o senador.